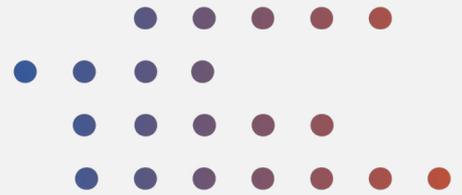


b/luz

COP-27 e ABNT:
*lançamento de
prática recomendada
sobre neutralidade
de carbono*





Autores

Mariana Eça Negreiros

Rodrigo Teixeira de Frades

Pedro Henrique Morais Carmelo

Revisoras

Ana Paula Silveira

Paula Corte Real

Luciana Simões

Projeto Gráfico

Fernanda Muchon

Índice

Índice clicável 

O que aconteceu?	4
O que é?	4
Para entender a PR	5
A PR tem força de lei?	6
Referências	7

O que aconteceu?

Durante a 27ª Conferência da Nações Unidas sobre a Mudança Climática (COP-27), um encontro anual com cerca de 198 territórios e grande força do setor privado para discutir os compromissos frente à crise climática, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”) divulgou a primeira prática recomendada à demonstração de neutralidade de carbono (“PR 2060”).

A iniciativa é um passo fundamental para incentivar o **mercado brasileiro a tratar este tema com mais transparência** e baseou-se em [normas internacionais acerca da neutralidade de carbono](#)¹.

Veja a seguir algumas informações relevantes sobre a PR 2060.

O que é?²

A PR 2060 da ABNT apresenta uma série de **recomendações e critérios objetivos** para a demonstração de neutralidade de carbono por instituições e pessoas baseada na quantificação, em metas para redução e/ou para compensação das emissões de gases do efeito estufa.

A prática pode ser seguida por governos, comunidades, empresas, clubes ou grupos sociais, famílias e até indivíduos particulares. É aplicável a atividades, produtos, serviços, edifícios, projetos e grandes desenvolvimentos, cidades e eventos.

Além de tratar da demonstração (e.g. com a sugestão de metodologias de análise de neutralidade de carbono, no Anexo C), a norma também traz orientações sobre como as declarações sobre conformidade devem ser feitas³, trazendo inclusive exemplos de textos em seu Anexo A.

Em resumo, se quero comunicar que minha empresa, cidade, etc. está alinhada com a prática sustentável de neutralização de carbono, o que devo fazer? E como fazer? Essas são algumas respostas que a PR 2060 traz.

¹ Conforme lançamento realizado durante a COP-27, além dos novos conceitos e das normas internacionais ISO, a PR 2060 baseou-se em um documento do Organismo Nacional de Normalização Britânico (BSI).

² Item 1 (Escopo), PR 2060.

³ Item 10 (Declarações explícitas em relação à neutralidade de carbono), PR 2060.

Para entender a PR

1. Cenário

Com a expansão da temática ESG, o mercado de carbono e a busca para redução de gases efeito estufa vem ganhando [notoriedade](#)⁴. Dessa forma, a ABNT procurou suprir a ausência de normas específicas no Brasil sobre a neutralidade de carbono.

2. Objetivo

O objetivo da PR é definir conceitos relevantes para o mercado de carbono e os procedimentos de sua mensuração e cálculo, bem como alinhar a prática que entidades e pessoas podem recorrer para demonstrarem a neutralidade de suas emissões, universalizando-a.

3. Pontos importantes

1) Como uma primeira Recomendação, a PR abrange de maneira genérica o processo de cálculo e quantificação de gases efeitos estufa, apresentando princípios e roadmap que devem ser utilizados.

2) A PR elenca algumas metodologias hábeis para alcançar a neutralidade de emissões, embora também torna possível o uso, a critério das partes, de metodologias de governos e outras instituições como a ISO.

3) Existem alguns tipos de declaração de neutralidade de emissões, quais sejam:

- Declaração de compromisso com neutralidade de carbono: data futura;
- Declaração de obtenção da neutralidade de carbono: já atingiu a neutralidade em data identificada;
- Declaração unificada de realização e compromisso em relação à neutralidade de carbono: situação na qual a entidade atinge a neutralidade em uma data e se compromete a mantê-la.

4) Essas declarações devem identificar o tipo de avaliação de conformidade, que podem ser:

- Autovalidação: situação na qual a declaração é obtida após a entidade ter validado a própria conformidade com os requisitos da PR;
- Certificação independente de terceira parte: quando a entidade consegue a declaração após ter sua conformidade com os requisitos dessa PR avaliada e certificada por terceiro independente e capaz de demonstrar que possui conhecimento e experiência para tal;
- Validação de outra parte: ocorre quando a entidade atinge ou se compromete a atingir a neutralidade e tem sua conformidade com os requisitos validada por outra parte.

⁴ [Relatório da McKisey: A blueprint for scaling voluntary carbon markets to meet the climate challenge](#): há possibilidade mercado de carbono movimentar 50 bilhões de dólares até 2030.

4. Como impacta o mercado

Espera-se que a PR incentive pessoas, empresas e comunidades a quantificar e planejar de forma transparente o cálculo do seu inventário de gases efeito estufa, combatendo o “greenwashing”. Segundo o [relatório do BCG](#), somente 10% das companhias medem suas emissões em 2022, 1% a mais que 2021. Ou seja, as empresas ainda tem muito a avançar neste tema.

Em recentes movimentações, o [Mato Grosso](#) foi o primeiro estado brasileiro a utilizar a nova norma com o intuito de demonstrar e comprovar a neutralidade de carbono. O Estado apresenta um programa chamado [Carbono Neutro MT](#) liderado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, com técnicos do Climate Group (CG), Winrock International, Center for Climate Strategies (CCS) e Força-tarefa do Governadores para Floresta e o Clima (GCF Taskforce) e do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas (FMMC). Neste Programa, o Estado tem como objetivo zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050 e suas ações têm se baseado em: manutenção do ativo florestal do Estado e combate ao desmate ilegal, manejo florestal sustentável, reflorestamentos comerciais e regularização fundiária e consolidação dos direitos legais à terra, entre outras ações já em execução.

Exemplos como o do estado do Mato Grosso irão se tornar ainda mais comuns, muito embora os impactos trazidos pela PR não sejam limitados a ações do Poder Público.

A PR tem força de lei?

Não! Pela própria semântica do termo, a PR 2060 não tem caráter normativo. É uma recomendação da ABNT para a demonstração da neutralidade de carbono, mas sem força legal.

De toda a forma, a PR apresenta uma diretriz e boas práticas ao mercado brasileiro sobre o tema. Observá-la é **recomendável pela perspectiva reputacional**: eventuais questionamentos de práticas em desacordo com a recomendação e a falta de transparência podem trazer prejuízos à reputação das empresas, negócios e produtos. No mais, vale lembrar: ao fazer declarações sobre os compromissos e resultados na neutralidade do carbono em um contexto publicitário, outras normas e boas práticas pré-existentes também devem ou podem (no caso de autorregulamentação) ser consideradas. É o caso do Código de Defesa do Consumidor e do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, por exemplo.

Referências

- Mato Grosso é 1º Estado a utilizar nova norma da ABNT para demonstrar neutralidade de carbono. O Documento, 2022. Disponível em: <<https://odocumento.com.br/na-cop-27-mato-grosso-e-lo-estado-a-utilizar-nova-norma-da-abnt-para-demonstrar-neutralidade-de-carbono/>>. Acesso em: 28 de nov. de 2022.
- ABNT lança Prática Recomendada sobre neutralidade de carbono na COP-27. Valor Econômico, 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/releases-empresariais/pr-newswire/noticia/2022/11/16/abnt-lanca-pratica-recomendada-sobre-neutralidade-de-carbono-na-cop-27.ghtml>>. Acesso em: 28 de nov. de 2022.
- MARIA, Ana. ABNT publica norma para mercado voluntário de carbono. Envolverde, 2022. Disponível em: <<https://envolverde.com.br/abnt-publica-norma-para-mercado-voluntario-de-carbono/>>. Acesso em: 28 de nov. de 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Especificação para a demonstração de neutralidade de carbono. Prática Recomendada 2060. Jun, 2022.



b/luz

deixa com a gente

Para saber mais, acesse nosso site ou
nos acompanhe nas redes sociais.



baptistaluz.com.br